

# Brossard afirma que trabalho da Comissão Arinos pertence ao País

BRASÍLIA - Ao comentar ontem a decisão do Presidente Sarney de não encaminhar ao Congresso Nacional o anteprojeto de Constituição da Comissão Afonso Arinos, o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, afirmou que o Governo não tem projeto oficial. Para o Ministro, a Comissão Provisória cumpriu seu papel e suas propostas para a nova Carta pertencem agora à sociedade e ao País. Observou o Ministro da Justiça que até 1º de fevereiro de 1987, quando serão empossados os constituintes encarregados de preparar a nova Carta, abre-se um razoável período (quatro meses e meio) para a discussão do trabalho da Comissão.

- Esse trabalho é público, tenho certeza que a Assembléia Constituinte não vai ignorá-lo. Ele não foi em vão, e está aberto à análise dos competentes e até ao juízo dos incompetentes — declarou.

Paulo Brossard negou que o Governo tenha decidido arquivar o projeto por modificar o sistema de governo de presidencialista para parlamentarista e lembrou que ele próprio é parlamentarista.

O Ministro da Justiça esteve ontem por dez minutos no Supremo Tribunal Federal (STF) para ser notificado da interpelação judicial do PT, por causa de suas declarações à imprensa a respeito dos conflitos em Leme, interior de São Paulo. O Ministro terá, de acordo com a lei, prazo até a próxima terça-feira para



Brossard assina a notificação do processo em que é interpelado pelo PT

confirmar ou não as entrevistas, nas quais teria acusado o partido de envolvimento nos incidentes que causaram a morte de duas pessoas, em julho.

O Ministro chegou ao Supremo às 14h10m, acompanhado de seu assessor Leo Iolovitch. Usando terno escuro e levando o chapéu na mão, Brossard não sabia onde se apresentar para assinar a notificação. Foi conduzido pelo assessor de imprensa do STF, jornalista Ezio Pires, até a

Seção Judiciária, onde a Diretora Alida Villas Boas lhe entregou o documento. A saída, o Ministro explicou que não quis receber a notificação no próprio Ministério por pretender prestigiar o Judiciário. Logo após, Brossard cumprimentou alguns advogados. Perguntado se gostara da charge assinada pelo cartunista Chico, publicada dia 18 no GLOBO, respondeu em tom de brincadeira: "Me puseram montado segurando o rabo da vaca. No Rio Grande não se monta assim".

## Presidente nega ter feito objeções

BRASÍLIA — O Presidente Sarney telefonou ontem pela manhã ao jurista Afonso Arinos, Presidente da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, para desmentir as informações de que teria achado estatizante o anteprojeto que recebeu anteontem e feito reparos à proposta do sistema semiparlamentarista.

Segundo nota divulgada pela Comissão, Sarney, no telefonema, disse a Arinos que não poderia fazer tais comentários depois do discurso que pronunciou na solenidade de entrega do anteprojeto. Quase metade do discurso consistia de frases elogiosas ao jurista, que recebeu a Ordem Nacional do Mérito.

A Comissão divulgou também uma resposta do professor Hélio Jaguaribe às críticas dos empresários de que o anteprojeto é estatizante. Segundo o professor, a proposta da Comissão "apenas entrega à iniciativa privada a função de gerar riquezas submetida a um crivo social", garantindo a remuneração do capital, mas determinando que o excedente do lucro seja repassado em benefício da sociedade.

## Ministro do STF lamenta falta de um juiz na elaboração do anteprojeto

RECIFE — O Ministro Sydney Sanches, do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou ontem, durante o 10º Congresso Brasileiro de Magistrados, a falta de um magistrado na Comissão Afonso Arinos. Para ele, a inclusão de pelo menos um juiz na Comissão teria sido de grande importância para o anteprojeto de Constituição entregue anteontem ao Presidente Sarney.

Segundo o Ministro, a participação de um magistrado aprimoraria o trabalho da Comissão, na parte relativa ao Poder Judiciário e à magistratura, daí achar que era muito importante a convocação de um juiz. Disse que pelo menos o Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Desembargador Milton Martins, deveria ter sido membro da Comissão, "porque representa toda a magistratura e teria condições de transmitir as reivindicações dos juizes".

Na opinião de Sydney Sanches, mesmo sem a participação de um magistrado a Comissão Arinos produziu "resultados liberalizantes" e de interesse de todo o povo, embora o STF discorde de alguns pontos do anteprojeto constitucional. Ele citou

como exemplo a criação de um Superior Tribunal de Justiça, que o anteprojeto defende. O STF discorda totalmente dessa proposta, por entender que seria um entrave entre os Tribunais de Justiça dos Estados e o próprio STF.

Em Belém, a Arquidiocese está preparando uma série de eventos, que culminarão com uma concentração e uma vigília de orações no dia 3 de novembro, com o objetivo de instruir os fiéis a votarem bem para a Assembléia Constituinte. O Arcebispo Emérito de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, comparecerá à concentração.

Como preparação para esses eventos, a Arquidiocese reuniu ontem o clero de Belém, ao qual o Arcebispo Dom Alberto Ramos recomendou que esclareça o povo sobre a Constituinte e sua importância para a vida do País. Segundo Dom Alberto, os padres têm a obrigação de orientar os fiéis com prudência e sem partidismo, para que o povo não se sinta influenciado e apenas dê seu voto livre e consciente ao melhor candidato.